

# Especialistas divergem sobre o acordo firmado pelo Brasil



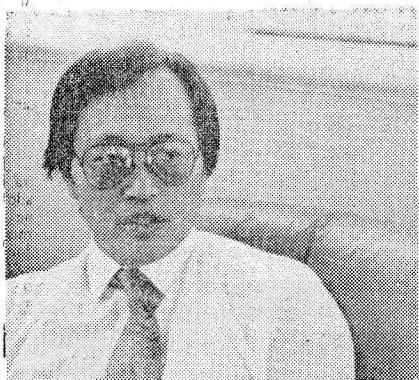
Kenji Honda - 13/9/87

**Noronha: bom acordo**



Adi Leite - 4/10/87

**Forbes: e o dinheiro?**



Rolando de Freitas - 19/7/83

**Pih: "horrível"**

O acordo temporário de renegociação da dívida externa brasileira gerou reações de todo tipo, favoráveis ou bastante críticas. Para o advogado Durval de Noronha Goyos, especialista em legislação sobre capital estrangeiro, o resultado a que se chegou é muito próximo da proposta apresentada pelo Federal Reserve, dos Estados Unidos, há cerca de duas semanas, com a diferença de que a caução que seria depositada no BIS foi eliminada.

Noronha entende que o acordo é de curtíssimo prazo, envolve a ida ao FMI e foi assinado para evitar que o Brasil fosse desclassificado para a categoria de *value impaired* na avaliação dos banqueiros credores. Ele julga muito importante que isso não tenha ocorrido, pois acarretaria sérios desgastes para todas as partes envolvidas e até para o sistema financeiro internacional. Além disso, os bancos seriam obrigados a lançar os empréstimos ao Brasil na conta de lucros e perdas e precisariam captar recursos para reforçar sua capitalização, num momento em que o mercado financeiro está muito sensível.

"O acordo é bom para todos e as taxas de juro são compatíveis com a atual situação do mercado", acrescenta o advogado, lembrando que as comissões que os bancos receberão pela adesão ao acordo acelerarão seu cumprimento. Fundamental ainda é o reconhecimento pelo Brasil de que irá cooperar com a comunidade financeira internacional. "O acordo com o FMI pode ser do tipo *standby*, o que é importante para facilitar a volta do Brasil ao mercado voluntário de crédito. Ao mesmo tempo, permitirá a execução de um programa econômico sério, abrindo a casa à inspeção dos credores e restaurando a credibilidade externa e interna, favorecendo a retomada dos investimentos."

Noronha acredita que o ministro Bresser Pereira sairá fortalecido do episódio, que marca um grande progresso na condução da economia, desde que os termos do acordo sejam cumpridos, mesmo porque ele caracteriza o fim oficial da moratória e da

atitude unilateral assumida em fevereiro.

## CRÍTICAS

Opinião totalmente oposta foi manifestada pelo empresário Geraldo Forbes, da Finacorp. "Empurrarmos com a barriga e vamos ter de negociar outras vezes. O Brasil não saiu com a intenção de pagar US\$ 1,5 bilhão, o que é totalmente irrealista frente às reservas cambiais de hoje. No início, se pretendia pagar US\$ 500 milhões por um acordo de dois anos." Forbes se pergunta de onde sairá o dinheiro para cumprir o acordo. Há o risco óbvio de flutuação da *Liber*, para cima, e o total dos recursos talvez não corresponda ao refinanciamento até junho de 1988. "É o interino do interino" e mostra mais uma vez que a moratória nem sequer serviu para fortalecer as reservas do País. Para o empresário, o acordo foi obtido basicamente para contornar a data fatal de reclassificação do Brasil, mas os bancos não fizeram nenhuma concessão, "ao contrário, empurraram a gente para as agências oficiais de crédito, o que não muda absolutamente nada". Concluindo, "se fosse para fazer esse acordo era melhor não ter feito nada".

Para o empresário Lawrence Pih, do Moinho Pacífico, um único adjetivo caracteriza o acordo: "Horrível". Pelos seus cálculos, se as taxas de juro a serem pagas no refinanciamento de curto prazo forem estendidas ao restante da dívida com os bancos, o Brasil terá de pagar US\$ 10 bilhões em 1988, ou 3,85% do PIB, incluindo os vencimentos de US\$ 2,2 bilhões referentes aos organismos internacionais, como FMI etc. "O Plano Macroeconômico não permite esse pagamento com o superávit esperado. Esse acordo anula totalmente as vantagens da moratória, é uma rendição incondicional para quem falava em *spread* zero e vai pagar mais do que o México. Se era para fazer esse acordo, a moratória era totalmente dispensável. Quero ver como o ministro da Fazenda vai fazer a população e o PMDB engolirem isso." (Olivier Udry)